

Censo trará números básicos para prefeituras

QUESTÕES FUNDAMENTAIS PARA OS MUNICÍPIOS, COMO CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DO ICMS E PARA A EXPANSÃO DA REDE ESCOLAR, PODERÃO SER RESOLVIDAS COM BASE NOS DADOS QUE O CENSO DO IBGE COMEÇA A COLETAR NO DIA 1º DE SETEMBRO.

Quantos somos? Qual o nosso grau de escolaridade? Nossa domiciliação está ligada à rede de abastecimento de água? Qual a destinação do lixo doméstico? Os municípios de todo país devem preparar-se para atuar como imprescindíveis fontes de informação. No dia 1º de setembro, começará o décimo recesso geral do Brasil - o Censo 90.

Colocado diante da possibilidade de contribuir para a atualização do perfil estatístico global do país, o administrador municipal nenhum atento pode perguntar-se: "Mas o que tenho a ver com isso?" Na verdade, tudo. Os resultados dos censos fundamentam o planejamento de boa parte das ações dos governos municipais. A base para a fixação de cotas do Fundo de Participação dos Municípios, por exemplo, são os estatísticos populacionais.

O número de habitantes de uma cidade pode também trazer subsídios à fixação do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, além de ser fundamental como elemento definidor da criação de municípios e distritos.

Para a expansão da rede escolar, programada de acordo com o número de nascimentos nos últimos anos, são essenciais os dados levantados pelo Censo. Este ano, um novo quesito vai registrar os recém-nascidos e as crianças nascidas nos últimos dois anos - a informação costumava ser omitida nos censos anteriores.

As condições de saneamento básico da população, também registradas, podem servir de base a uma política de ações e de desenvolvimento de obras nessa área. E a composição das câmaras municipais é outro ponto que pode ter melhor avaliação quando relacionado ao número exato de habitantes de um município.

Como esses, há no Censo uma série de outros dados passíveis de aproveitamento para o planejamento das ações municipais. Mas as informações que costumam trazer maior expectativa aos municípios, por suas consequências mais imediatas em termos de repasse de verbas, dizem respeito ao número de habitantes. Este, segundo o delegado regional do Instituto Brasi-



os rendimentos e o grau de escolaridade. As características e condições dos moradores de cada unidade residencial serão levantadas por intermédio do chefe do domicílio.

Nos municípios com mais de 15 mil habitantes, além do básico será aplicado, em todos os domicílios, um segundo formulário, denominado questionário da amostra.

Nos municípios em que a população não atingir esse número, o questionário da amostra deverá ser aplicado em 20% dos domicílios.

O poder público municipal, além de colaborar com o IBGE na fase operacional do recenseamento - o país todo foi dividido em 164 mil setores censitários, pode informações de maior profundidade devem contribuir para a análise de questões específicas, como por exemplo as referentes às moradias - barraco em tábua, casa, apartamento, condomínio - e à situação conjugal dos entrevistados - casados, viúvos, separados. O Censo 90 deve tam-

bém, pela primeira vez, fazer o levantamento dos remanescentes da raça indígena e dos deficientes, avaliando, ainda, o nível das migrações urbanas e rurais.

Para concluir o preenchimento do questionário bási-

co serão necessários quinze minutos. Para o formulário de amostra, o recenseador precisará de pelo menos 35 minutos.

O IBGE garante aos entrevistados absoluto sigilo em relação às informações prestadas. "Os resultados das pesquisas", diz Fontes, "sómente são apresentados e divulgados de forma consolidada, o que torna impossível a identificação individual."

Para acelerar o processamento das informações, o IBGE, este ano, vai descentralizar a estrutura de apuração dos dados. O processo de apuração e os procedimentos de disseminação dos resultados.

Na fase de coleta, desen-

volve-se a elaboração, impressão e distribuição do material de coleta, além do recrutamento e treinamento dos recenseadores e supervisores. Após a realização da coleta, inicia-se o trabalho de apuração dos questionários, até que a pesquisa possa atingir a fase de divulgação.

Os resultados completos do censo demográfico, incluindo as características sócio-econômicas da população, devem ser divulgados até o segundo semestre de 1992.

Centrais de computação serão instaladas em todas as regiões responsáveis pelo trabalho de apuração. Cada central disporá de dez computadores supermínis e vinte supermicros, que, durante cerca de um ano, atuarão somente no processo de digitação das informações.

Para a realização de entrevistas nas localidades de difícil acesso, os recenseadores devem contar com recursos da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Ministério da Marinha, traduzidos em aeronaves e embarcações visando a facilitar o registro dos dados.

PROGNÓSTICOS

Com base nas estimativas anuais da população realizada pelo IBGE, os analistas fazem alguns prognósticos. A população brasileira, por exemplo, deve atingir a casa dos 150 milhões de habitantes. De acordo com a projeção feita pelo último censo, o de 1980, a população deveria ultrapassar 160 milhões de habitantes. Uma das hipóteses para explicar a queda no crescimento populacional está relacionada com a diminuição das taxas de natalidade.

Ainda no que diz respeito à população e às suas migrações internas, é provável que a urbanização atinja 85% da população do país.

Há, também, pesquisas indicando, nesta última década, grande crescimento da economia informal, representada pelo desenvolvimento de atividades não regulamentadas oficialmente, como a de trabalhadores não registrados e de outros que produzem por conta própria.



Técnicos municipais estimam uma população de 110 mil habitantes para Campo Largo

ESTIMATIVAS DO IBGE PREJUDICAM CAMPO LARGO

O prefeito Affonso Guimarães contestou, no início do ano, as estimativas do IBGE para a população de Campo Largo. Segundo ele, o Instituto projetou para o município, 71.661 habitantes, enquanto que o iardeles - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social estimou 92.598. Enquanto isso, os técnicos da administração municipal de Campo Largo calculam que residem atualmente no município, cerca de 110 mil pessoas.



Affonso Guimarães: expectativa em relação ao Censo/90

ESTIMATIVAS PARA O NÚMERO DE HABITANTES DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

MUNICÍPIO	PROJEÇÃO IBGE	PROJEÇÃO IPARDES
Campo Largo	71.661	92.598
Almirante Tamandaré	51.291	86.121
Araucária	47.988	86.659
Balsa Nova	7.199	6.220
Bocaiuva do Sul	13.616	14.967
Campina Grande do Sul	16.000	13.877
Colombo	82.253	168.780
Contenda	9.343	11.012
Curitiba	1.398.599	1.608.151
Mandirituba	23.773	29.577
Palmas	40.864	38.611
Piraquara	91.693	186.533
Quatro Barras	10.282	12.232
Rio Branco do Sul	40.845	47.892
S. José dos Pinhais	101.881	179.844
	Projeções para 1990	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA NO 345/90 *

Data: 9 de julho de 1990.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, no exercício de suas legais atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o servidor JORGE EDUARDO MAISTER, para exercer o cargo de provimento um comissão de Diretor de Departamento, Símbolo IV, percebendo a gratificação P-3, interinamente, respondendo pela chefia do Departamento de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e do Bem Estar Social a partir de 10 de julho do corrente.

Art. 2º. Esta portaria, revogado o decreto nº 668/90 de 5.3.90, entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 9 de julho de 1990.

Dr. Afonso Portugal Guimarães
Prefeito Municipal

PORTARIA NO 346/90 *

Data: 9 de julho de 1990.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base na Lei Municipal nº 686 de 06/11/86 e, considerando o Concurso Público realizado em 20/04/89 e, conforme Edital nº 01/89,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar TERESA DE JESUS FERRIRA SAMPAIO, portadora da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 11686 série 278, para exercer a função de Servente (8) horas, do Quadro do Magistério Público Municipal do Campo Largo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em órgão oficial do Município.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 9 de julho de 1990.

Dr. Afonso Portugal Guimarães
Prefeito Municipal

PORTARIA NO 347/90 *

Data: 9 de julho de 1990.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, usando das atribuições legais e com base na Lei Federal nº 4320/64 e Lei Municipal nº 032 de 23 de outubro de 1985

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 23.350.000,00 (vinte e três milhões e trezentos e cinquenta mil cruzeiros), para reforço das seguintes Juntas - orçamento:

02.00 - GOVERNO MUNICIPAL

02.00 - Assessoria Civil

02.06 15849/22.14 - Contribuição ao PASEP

3.2.8.0 - Contribuição ao Pasep..... 800.000,00

02.06 03070/02.08 - Assessoramento Superior

3.1.2.0 - Material de consumo..... 200.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 400.000,00

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - Supervisor do Recursos Humanos

04.01 15849/22.10 - Contribuição ao PASEP

3.2.8.0 - Contribuição ao PASEP..... 1.200.000,00

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAGEM E UBRAS PÚBLICAS

06.02 - Departamento de Viação

06.02 16809/341.07 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente 15.000.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

07.03 - Departamento de Educação Física

07.03 0846/0212.45 - Manutenção da Divisão de Esportes e Recreação

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 250.000,00

08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

08.02 15810/712.31 - Manutenção dos Serviços Administrativos

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 500.000,00

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS

09.02 0309/0431.24 - Projetos a cargo de Emel

4.1.1.0 - Obras e Instalações..... 5.000.000,00

TOTAL..... Cr\$ 23.350.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como recurso o excesso de arrecadação em igual valor.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 9 de junho de 1990.

Dr. Afonso Portugal Guimarães
Prefeito Municipal

PORTARIA NO 344/90 *

Data: 9 de julho de 1990.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, no uso de suas legais atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora SUELLEN PERUSSO LO DE MACEDO, ocupante do cargo de Assistente Social, Classe "A", Referência "19" da Categoria Funcional "Atividades de Nível Superior", para exercer o cargo de provimento em comitê de Chefe - Setor, Símbolo X, percebendo a gratificação P-5, respondendo pela chefia do Setor de Serviços Gerais da Divisão Administrativa do Departamento de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e do Bem Estar Social, podendo optar pela remuneração da função anterior.

Art. 2º. Esta portaria, ressalvada sua eficácia a partir de 10 do corrente mês, entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 9 de julho de 1990.